

**Brasília-DF, 13 de outubro de 2011**

## **Fim do fator previdenciário exigirá mobilização, diz ministro da Previdência**

O ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho afirmou, na última terça-feira (11), que o governo só conseguirá encontrar uma saída para o fim do fator previdenciário com a ajuda de parlamentares, sindicatos de aposentados e centrais sindicais.

"Enquanto estiver como ministro da Previdência, não sossegarei até pôr fim ao fator previdenciário", disse. Segundo ele, é essencial encontrar uma alternativa para o atual dispositivo - que gerou, até hoje, uma economia de R\$ 31 bilhões para a Previdência. Garibaldi Alves participou da sessão solene em homenagem aos 26 anos da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

O fator previdenciário é uma fórmula usada para calcular o valor das aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e tem o objetivo de evitar que trabalhadores se aposentem cedo. Os parlamentares presentes à sessão fizeram coro sobre a necessidade do fim do fator e cobraram a aprovação do PL 3.299/08, do senador Paulo Paim (PT-RS), que trata sobre o tema. Segundo Faria de Sá, a Câmara não tem se preocupado em votar a medida. "Quero cobrar desta Casa: tenha vergonha, respeite os aposentados e pensionistas deste país", disse.

Paim afirmou que o fator previdenciário é um crime contra os mais pobres. "Se conseguirmos nos mobilizar, vamos garantir o fim do fator e o reajuste real dos aposentados", disse. O deputado Assis Melo (PCdoB-RS) também defendeu o fim do dispositivo. "Do ponto de vista do movimento sindical, temos que acabar com o fator previdenciário e depois buscar uma alternativa para ele. A ideia de que para usar um direito, o trabalhador tem de abrir mão de outro, e para se aposentar, tem de abrir mão de parte do salário, é um absurdo que só acontece aqui no Brasil. É por isso que estamos nessa luta".

## **Recomposição das aposentadorias**

Outra cobrança dos deputados foi a aprovação do PL 4.434/08, também de Paim. A proposta cria um índice de correção previdenciária para garantir o reajuste dos benefícios da Previdência de acordo com o aumento do valor mínimo. Segundo dados da Cobap, de 1991 a 2010, cerca de 4,6 milhões de aposentados tiveram perdas salariais que reduziram o valor recebido para um salário mínimo.

Marçal Filho afirmou que a redução salarial é uma "tremenda crueldade" contra quem recolheu determinado número de salários e agora recebe bem menos. De acordo com ele, é necessário entender que os aposentados e pensionistas não podem esperar "indefinidamente" pela mudança na legislação.

*\*Fonte: AGÊNCIA CÂMARA*

## **Com saúde atrás de R\$ 45 bi, DRU tira R\$ 62 bi da seguridade social**

Palácio do Planalto conta com recursos para aplicar em áreas que considera mais prioritárias, como combate à miséria, construção de casas e PAC. Antes motivo principal da Desvinculação de Receitas da União (DRU), superávit primário ficará com 24%. Projeto tenta blindar seguridade contra DRU para reforçar SUS. Governo negocia com Congresso renovar dispositivo até 2015.

A saúde precisa de R\$ 45 bilhões, nas contas do ministério, para realizar com mais eficiência o atendimento universal dos brasileiros previsto na Constituição. A insuficiência poderia ser coberta ou reduzida com dinheiro que a Carta de 1988 reservou para a seguridade social, da qual a saúde faz parte. O governo planeja, porém, usar R\$ 62 bilhões da seguridade em 2012 para investir ou para pagar juros da dívida. E diz que isso também trará outras vantagens ao país.

O livre manejo pelo Executivo de 20% de dinheiro da seguridade depende de o Congresso renovar, mais uma vez, a chamada Desvinculação das Receitas da União (DRU). O mecanismo já existe e seu prazo de validade esgota-se em dezembro. A gestão Dilma Rousseff tenta renová-lo até 2015.

Em caso de prorrogação, diz a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, um terço do dinheiro (cerca de R\$ 20 bilhões) será destinado aos ministérios para despesas como construção de moradias (programa Minha Casa Minha Vida), erradicação da pobreza (Brasil sem Miséria) e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “A DRU é necessária para que os investimentos e o crescimento não sejam prejudicados”, afirma ministra.

Também com a DRU, 23% dos recursos (R\$ 14 bilhões) serão repassados aos poderes Judiciário e Legislativo. A chamada reserva de contingência (rubrica orçamentária que funciona como uma espécie de caixa emergencial do governo para qualquer coisa) ficará com 20% (R\$ 12 bilhões). E o pagamento de juros da dívida (superávit primário) levará 24% (R\$ 15 bilhões).

Por conta da crise econômica global, diz o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, é “crucial” que o Brasil renove a DRU e mantenha o pagamento de juros da dívida em dia. Com isso, se protege de eventuais contágios pela turbulências com dívidas de países ricos. E pode levar adiante o plano de aproveitar a situação para baixar a taxa de juros do Banco Central (BC).

“A prorrogação da DRU se encaixa na nossa estratégia de política econômica”, diz Barbosa. Segundo ele, embora o Brasil tenha hoje um juro real mais baixo do que nos últimos anos (cerca de 5%), é um patamar ainda elevado do ponto de vista internacional. Para a Fazenda, o controle fiscal ajudaria a reduzir essa taxa de forma mais rápida.

Apesar dos benefícios que o governo diz que o Brasil tem com a DRU, também há quem os questione, por causa do paradoxo: falta dinheiro para o Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto a seguridade social em que ela se insere fornece dinheiro para suprir o orçamento de outras áreas.

É o caso do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), autor de projeto que impede, progressivamente, ano a ano, a aplicação da DRU na seguridade. “Assim nós vamos liberar recursos para financiar o SUS”, afirma.

A blindagem da seguridade social contra a DRU mataria o dispositivo, já que 90% dos recursos obtidos com a desvinculação nascem da seguridade.

*\*Fonte: CARTA MAIOR*

### **Marcha contra a corrupção: “Ih ... O povo apareceu” ...**

*“Como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente?”, perguntava Chico Buarque na antológica Apesar de Você que, infelizmente, parece ter ficado atual outra vez”*

O efeito mais assustador da II Marcha contra a Corrupção é descobrir que existe uma parte da atual esquerda vinculada ao governo que ficou reacionária. Algumas reações vistas durante o dia de ontem (12), enquanto 13 mil pessoas iam às ruas em Brasília – sem contar os milhares que saíram no Rio, em São Paulo, Curitiba, etc – protestar contra a corrupção pareciam lembrar o que diziam os apoiadores dos velhos generais de antigamente, diante das milhares de pessoas que iam às ruas pela anistia, pela

Constituinte, pelas diretas. “Subversivos, bagunceiros, agitadores”, diziam os adoradores de generais de antigamente. “Direita inconformada, mauricinhos e patricinhas, 13 mil porsheiros”, disseram ontem alguns em mensagens pelo Twitter e outras redes sociais.

O mesmo tipo de espanto do que acontece à sua revelia. O mesmo assombro diante do que lhe sai do controle. “Como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente?”, perguntava Chico Buarque na antológica *Apesar de Você* que, infelizmente, parece ter ficado atual outra vez. “Narciso acha feio o que não é espelho”, dizia Caetano Veloso em Sampa.

É impossível que quem critica o atual movimento contra a corrupção não perceba – se tiver honestidade intelectual – que ele se fundamenta exatamente nos mesmos princípios que motivaram, por exemplo, o movimento dos caras pintadas que derrubou Fernando Collor. Por que aquele movimento era legítimo e considerado histórico e este agora virou uma manifestação de mauricinhos de direita?

Nas duas vezes, quem estava à frente do movimento eram jovens estudantes de classe média. Um deles hoje, Lindbergh Farias, é senador pelo PT do Rio de Janeiro. A única diferença é que, antes, eram entidades organizadas que lideravam os movimentos, porque não existiam as ferramentas das redes sociais que hoje proporcionam outras formas de mobilização.

Ao que parece, é este o ponto. Alguns dos partidos de esquerda, algumas das organizações que foram hoje cooptadas pelo governo com verbas e outras benesses, perderam a paternidade que tinham de organizadores das massas em seus protestos nas ruas. E parecem morrer de ciúmes disso. “Se não sou eu que mobilizo, então não é legítimo”, parecem dizer.

Disseram que o sucesso do movimento de 7 de setembro devia-se ao fato de ter acontecido ao mesmo tempo que o desfile militar. As pessoas teriam ido ver o desfile e acabaram aderindo à passeata. Hoje, milhares de pessoas saíram em protesto novamente, e não havia nenhum outro evento mobilizador paralelo. Disseram que o movimento era vago, não tinha bandeiras. Ontem, as pessoas tinham três reivindicações: o fim do voto secreto em deliberações do Congresso, a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa e a autonomia do Conselho Nacional de Justiça para investigar juízes. São bandeiras de direita?

Há uma imensa e inacreditável confusão nas críticas ao movimento contra a corrupção. As pessoas que hoje protestam nas ruas não são nem um pouco diferentes das que protestaram contra Collor em 1992. Não são nem um pouco diferentes daquelas que lotaram a avenida Paulista na festa após a eleição de Lula em 2002. E o que anseiam também não é nem um pouco diferente. Se parte do PT é hoje réu num processo de corrupção no Supremo Tribunal Federal, não foram as pessoas que vão às ruas e seus anseios exatamente os que mudaram. Se o governo Lula foi imensamente transformador do ponto de vista social, isso não quer dizer que as pessoas tenham que tolerar a corrupção pública.

Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Se o dinheiro que desce pelo ralo e vai parar nos bolsos dos corruptos fosse também investido nos programas sociais, o resultado seria ainda mais efetivo. Vale lembrar, como tem mostrado este Congresso em Foco na série “Folia com o Dinheiro Público”, que apenas no Ministério do Turismo o rombo foi de R\$ 80 milhões. Quantas casas populares dá isso? Para que os mais pobres entrem para a classe média é preciso mesmo que alguns políticos enriqueçam?

Quem acompanhou as duas manifestações, no 7 de setembro e ontem, vê claramente que não se trata de um movimento contra o governo. Pode haver alguém aqui e ali que proteste contra a presidenta Dilma, mas não é o nome dela que a maioria das pessoas grita. Até porque foi a própria Dilma quem trouxe o tema da corrupção para a pauta do país, na reação – que as pessoas que vão às ruas acham correta – que teve contra as denúncias de corrupção em seu governo.

Se Dilma continuar fazendo o que fez nos casos dos Ministérios do Transporte e do Turismo, as pessoas que estão nas ruas irão aplaudi-la. Se os partidos que compõem a sua base acham ruim, problema deles.

Não menosprezem a força das pessoas na rua. Quem duvida dela, vai quebrar a cara. Como dizia a palavra de ordem na passeata: “Ih, fudeu! O povo apareceu”!

*\*Fonte: RUDOLFO LAGO – CONGRESSO EM FOCO*

### **Hacker invade blog do Palácio do Planalto**

*Invasor reproduziu foto da Marcha Contra a Corrupção e, em frase, pediu a aplicação do Ficha Limpa e voto aberto no Congresso*

Um hacker invadiu, na madrugada desta quinta-feira, 13, o blog do Palácio do Planalto. O autor da invasão identifica-se como "@DonR4UL, o hacker beleza".

Acima da foto, na qual manifestantes aparecem em Brasília realizando um ato contra a corrupção (vassouras simbolizando uma faxina no país), aparece a seguinte frase: "POLITICO DEVE SER ÍNTEGRO, INCORRUPTÍVEL ! FICHA LIMPA JÁ! VOTO ABERTO NO CONGRESSO".

Esse ato em Brasília foi um dos vários ocorridos na quarta-feira, 12, em algumas capitais, após os internautas agendarem o protesto via redes sociais.

Nas mensagens postadas pelo invasor, aparecem trechos de músicas de Raul Seixas. O hacker também faz um apelo e diz: "Brasileiros, acredite em vocês, Salvem o BRASIL !"

*\*Fonte: RICARDO VALOTA, DO ESTADÃO.COM.BR*

### **Um terço dos funcionários da Polícia Federal se aposenta até 2016**

A três anos da Copa do Mundo, não bastassem as filas nos aeroportos e a rede hoteleira saturada, a situação crítica vivida pela Polícia Federal ameaça a segurança do país que sediará o torneio de futebol e as Olimpíadas. Levantamento da Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) revelou que 2.270 servidores da carreira — que inclui agentes, escrivães, delegados, peritos e papiloscopistas — poderão se aposentar até 2016. Isso sem contar os atuais 1.379 que já reúnem condições para parar de trabalhar, mas optaram por ganhar abono de permanência. Com isso, o total de funcionários que deixariam a corporação chegaria a 3.649, o que equivale a 32% do total em atividade.

Segundo o Ministério do Planejamento, há 6.185 agentes, 1.889 escrivães, 1.791 delegados, 1.110 peritos e 439 papiloscopistas na PF. Outros 2.646 estão no chamado Plano Especial de Cargos, que abrange os servidores administrativos. Nas contas de Cláudio Tusco, diretor da ADPF, somente entre os delegados, uma média de 25 pessoas por ano chegam à idade de se aposentar. Desde 2006, 235 cargos ficaram vagos. “Enquanto o número de delegacias cresce, o de profissionais diminui. Ao cortar recursos para a segurança, o governo causa impunidade e aumenta a corrupção. Poucas operações nossas estancam rombos de bilhões de reais nos cofres públicos do país”, disse Tusco.

O levantamento da associação revelou também que o quadro de servidores da PF está ficando cada vez mais envelhecido. Hoje, 13,2% do atual efetivo têm mais de 51 anos de idade. No caso do Plano Especial de Cargos, esse índice chega a 37,3%. Tusco estimou que, para receber os próximos grandes eventos esportivos, a Polícia Federal necessitará de 4.174 novos profissionais. “Esse é um assunto que preocupa muito a gente. Nos últimos anos, o nosso efetivo não aumentou. A Argentina, um país muito menor que o nosso, tem 40 mil policiais federais. Aqui, a categoria está cada dia mais sobrecarregada. Não conseguimos investigar tudo o que é necessário”, observou o diretor.

Procurada, a Polícia Federal se limitou a informar que aguarda do Ministério do Planejamento autorização para abrir concurso com 1.024 vagas, mas não quis dar detalhes sobre o quadro de pessoal da corporação. As oportunidades previstas são para os cargos de agente, escrivão, delegado e papiloscopista. No entanto, o corte nas seleções públicas e nas nomeações anunciado pelo governo para garantir o ajuste fiscal e proteger o país da crise global está emperrando a abertura do processo seletivo.

Jones Borges Leal, presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal (Sindipol-DF), disse que um exemplo da escassez de profissionais é o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília. “São apenas quatro policiais para cuidar de todo o terminal. Além disso, as nossas fronteiras estão desguarnecidas. Há trechos de até 400 quilômetros que não têm sequer um agente de polícia. Hoje, 20 mil servidores na corporação ainda não atenderiam a demanda”, avaliou.

Desde o início do ano, o Sindipol-DF organiza assembleias para discutir o caminho a ser tomado para pressionar o governo a conceder reajustes salariais. Embora a categoria não tenha conseguido dinheiro na proposta orçamentária de 2012 para garantir os aumentos, ela assinou com o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira, um protocolo que define as diretrizes das negociações nos próximos meses. O documento diz respeito apenas aos cargos de agente, escrivão e papiloscopista, que recebem salário inicial de R\$ 7.514,33 e final de R\$ 11.879,08.

Eles discutem uma reestruturação para que, em três anos, a remuneração final chegue ao topo da carreira de oficial de inteligência, de R\$ 18,4 mil, o que representa um aumento de 54,9%. No caso dos delegados e peritos, os vencimentos já vão de R\$ 13,3 mil a R\$ 19,6 mil. “A possibilidade de greve não está descartada. Estamos aguardando que o governo cumpra o que está estabelecido no protocolo e dê continuidade às negociações. O prazo vai até março de 2012”, disse Leal.

A Polícia Federal é apenas um exemplo do problema vivido no governo como um todo. Estima-se que, até 2015, cerca de 40% do atual 1,1 milhão de servidores públicos federais em todo o Brasil estejam em condições de se aposentar. Ao menos 452 mil pessoas poderão deixar os órgãos públicos a qualquer momento. Hoje, 80 mil funcionários já recebem abono de permanência.

\*Fonte: *CORREIO BRAZILIENSE*

### **Em metade dos tribunais, folha de salário é mistério**

*Apesar de determinação do Conselho Nacional de Justiça há dois anos, os vencimentos pagos a magistrados e servidores em 13 cortes continua sem divulgação*

A medida de transparência é uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mas parece que para muitos na Justiça tornou-se melhor considerar o CNJ impertinente e desobedecê-lo. Quase dois anos depois de o Conselho Nacional de Justiça determinar a publicidade dos valores dos vencimentos pagos a magistrados e servidores, quase a metade dos tribunais estaduais ainda não publica na internet as folhas de pagamento do seu pessoal. Sem essa informação, o cidadão não tem como saber se há ou não o pagamento de supersalários, os rendimentos acima do teto constitucional, hoje fixado em R\$ 26.723,13.

Levantamento do Congresso em Foco mostra que 13 dos 27 tribunais estaduais não revelam quanto pagaram a cada membro ou funcionário. Há um ano e meio, o site mostrou que apenas dez tribunais publicavam tudo o que era exigido. Depois desse tempo, o número evoluiu pouco: são 14 os tribunais transparentes.

Dos grupos de 13 tribunais, alguns apenas aparentam cumprir a regra de publicarem suas folhas de pagamento. Na verdade, escondem a informação agregando todos os rendimentos de um mesmo cargo. Por exemplo, em vez de dizer quanto recebeu cada um dos desembargadores, o TJ de Goiás soma o valor pago a todos. Informa apenas: “Desembargador – R\$ 844.116,70”. A mesma prática é observada em outros órgãos do Judiciário. Ela contraria claramente a resolução 102 do CNJ, que diz no inciso 6º do artigo 3º que os tribunais deverão publicar as remunerações e diárias pagas “individualmente” a magistrados, servidores e colaboradores.

Os órgãos até divulgam dados sobre a gestão financeira e orçamentária e a relação de fornecedores. Mas omitem os dados sobre a folha de pagamento completa, ficam fora do conhecimento da sociedade.

Tribunais militares

O Judiciário estadual está longe de ser o único a não cumprir a exigência do CNJ. Outros três tribunais militares, consultados aleatoriamente pelo Congresso em Foco, também não publicavam suas folhas de pagamento, como determina a resolução 102, de dezembro de 2009.

O próprio Supremo Tribunal Federal (STF) não faz isso, mas está amparado pelo fato de a norma só não valer para a corte máxima brasileira. Órgão onde se decidem os julgamentos mais importantes do Brasil, o STF não está disposto a aumentar a transparência para o cidadão publicando sua folha de pagamento. “As informações que a legislação exige estão no site do STF no link ‘transparência’”, limitou-se a dizer a assessoria de imprensa do Supremo, quando questionada.

### **Grande avanço**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que chegou a divulgar que apenas quatro dos 83 tribunais do Brasil ainda eram opacos, disse ao site que já considera “um grande avanço” o fato de muitos órgãos do Judiciário criarem seções de transparência em seus sites. Antes, nem isso existia. Futuramente, o CNJ vai cobrar o completo cumprimento da resolução 102, disse a assessoria.

Outra exigência futura do conselho será a linguagem adotada nos sites. Em vez de números de leis, normas, resoluções e anexos, o CNJ quer que se usem palavras mais acessíveis ao público leigo, como, por exemplo, “recursos humanos”, “folha de pagamento”, ou “lista de remunerações pagas a magistrados e servidores”.

Procurados, a maioria dos tribunais não prestou esclarecimentos. O TJ de Santa Catarina disse entender que cumpre integralmente as determinações do Conselho, ressaltando que não foi cobrado pelo CNJ de alguma falta. Entretanto, na semana passada, o próprio CNJ divulgou comunicado informando que o tribunal catarinense estava entre os que não cumprem a resolução de transparência. O Judiciário de Santa Catarina não respondeu se existem magistrados e servidores ganhando acima do teto.

O TJ do Piauí afirmou que não publica a folha de pagamentos porque não tem todas as informações atualizadas pela Secretaria de Administração e Pessoal. Afirmou que está providenciando a divulgação dos dados. O tribunal negou que existam magistrados e servidores ganhando acima do teto. O TJ do Piauí disse que não poderia fornecer cópia da folha de pessoal possivelmente por “razões técnicas”.

Como vem mostrando o Congresso em Foco, existem supersalários em todos os Poderes, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário. Apesar de a Constituição proibir, políticos, como o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), autoridades e funcionários públicos ganham mais que os R\$ 26.723,13 permitidos. O caso foi parar no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Judiciário. A presidenta Dilma Rousseff encomendou um projeto de lei na esperança de resolver o problema, ao mesmo tempo em que trava embate com o presidente do Supremo, Cezar Peluso, defensor de aumentos salariais para magistrados e funcionários.

*\*Fonte: EDUARDO MILITÃO – CONGRESSO EM FOCO*

### **CNJ limita gastos com diárias e transporte de servidores**

Uma portaria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada ontem, restringiu os gastos com diárias e transporte de conselheiros e servidores da instituição. O objetivo da norma assinada pelo presidente do órgão, ministro Cezar Peluso, é conter a farra de gastos revelada no mês passado, como despesas superiores a R\$ 3 milhões com diárias no Brasil e no exterior, e quase R\$ 700 mil com festas e homenagens.

A portaria, que pode ser acessada na página do conselho na internet, proíbe o "pagamento de diárias e de despesas com o deslocamento, a emissão de passagens e o ressarcimento de desembolso com transporte de conselheiros, magistrados e servidores" que participarem de eventos.

A partir de agora, o conselheiro ou servidor será ressarcido somente se estiver representando institucionalmente o CNJ, com autorização do presidente do órgão. Para justificar a medida, Peluso afirma que é preciso "disciplinar a concessão de diárias e de despesas com transporte", e acrescenta que sempre deve haver "compatibilidade entre o motivo do deslocamento e o interesse público".

Um levantamento dos gastos do CNJ nos oito primeiros meses do ano feito pela ONG Contas Abertas, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), apontou despesas milionárias com diárias, passagens aéreas e publicidade. O CNJ ampliou, por exemplo, os gastos com coquetéis, almoços e posses para R\$ 685 mil - cinco vezes mais o que o Supremo Tribunal Federal (STF) gastou no mesmo período com a mesma rubrica.

*\*Fonte: AGÊNCIA ESTADO*

### **Fenaban chama grevistas para negociar hoje**

*Movimento completa 17 dias e já o segundo mais longo da história, segundo Sindicato*

A greve dos bancários, que completa hoje 17 dias, já é considerada a segunda mais longa da história, atrás apenas da paralisação de 2004, quando chegou a 30 dias, pode ter um prazo para acabar. Ontem, ao final do dia, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), rompeu o silêncio e convidou o coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Carlos Cordeiro, para uma reunião de negociação às 16 horas de hoje. A informação foi confirmada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

A greve, que já é a maior em termos de adesão de funcionários da categoria nos últimos 20 anos, foi deflagrada depois que as assembleias dos sindicatos rejeitaram a proposta de reajuste de 8% feita pela Fenaban, que significa apenas 0,56% de aumento real. Os bancários reivindicam reajuste de 12,8% (aumento real de 5% mais a inflação do período), valorização do piso, maior participação nos lucros e resultados, mais contratações, extinção da rotatividade, fim das metas abusivas e combate ao assédio moral, entre outros pleitos.

Em assembleia ocorrida na última terça-feira, o Comando Nacional dos Bancários havia decidido orientar os sindicatos de todo o país a fortalecer e ampliar ainda mais a greve nacional da categoria e ainda solicitar uma audiência pública com a presidente Dilma Rousseff para cobrar empenho do governo federal na construção de uma solução para a greve.

“Os bancos brasileiros são os que mais lucram na América Latina, mas pagam um piso salarial menor do que o recebido por argentinos e uruguaios, porém pagam bônus muito maiores para seus altos executivos”, afirma Cordeiro, lembrando pesquisa do Dieese e da Contraf-CUT. O salário de ingresso nos bancos no Brasil em agosto de 2010 era equivalente a US\$ 735, mais baixo o dos uruguaios (US\$ 1.039) e quase metade do recebido pelos argentinos (US\$ 1.432).

“Um país em que os altos executivos dos bancos chegam a ganhar 400 vezes mais que o piso salarial da categoria não pode ser chamado de justo”, sustenta o dirigente sindical. “Além disso, os bancos utilizam a alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, muito maior que em outros países, para reduzir a massa salarial dos bancários”, denuncia.

A Contraf-CUT remeterá também cartas aos presidentes dos seis maiores bancos do país e que participam da mesa de negociações da Fenaban (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, HSBC, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), além do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia, cobrando a responsabilidade de cada instituição na retomada do diálogo para construir uma proposta para as questões gerais dos bancários, bem como para as mesas específicas.

Os bancários pedem reajuste de 5% acima da inflação, enquanto os bancos oferecem 0,56%. Diante do impasse, os trabalhadores pedem que os bancos reformulem a proposta para sentar à mesa de negociações.

*\*Fonte: BEM PARANÁ*

## **Estados com alto índice de casos de dengue se preparam para combater o mosquito no próximo verão**

Preocupados com um possível risco de epidemia de dengue no país para o verão deste ano, governos dos estados com registros de casos da doença adotaram medidas de prevenção no controle da dengue para o período que vai dos últimos meses de 2011 até o início de 2012.

Segundo o Ministério da Saúde, o risco de epidemia da doença é maior no verão devido o período chuvoso em que o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do vírus da dengue, se prolifera com maior facilidade. De acordo com balanço da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, foram registrados cerca de 715 mil casos de dengue no país no primeiro semestre deste ano.

A região com o maior número de casos notificados é a Sudeste seguida das regiões Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste. Os dados apresentaram uma concentração de 75 % de casos em oito estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Ceará, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

No Distrito Federal, a Secretaria de Saúde elaborou um projeto de mobilização social para prevenir a proliferação do mosquito. O coordenador-geral do Programa de Prevenção e Controle da Dengue no DF, Ailton Domicio da Silva, disse que o principal foco da ação é mobilizar a sociedade. Segundo ele, ações simples adotadas pelos cidadãos podem diminuir no número de casos da doença principalmente em época de chuva.

“Sabemos que os focos do mosquito estão presentes em torno de 80% do locais em todo ano, mas, em época chuvosa, devemos redobrar a nossa atenção, por isso pedimos que a sociedade nos ajude com ações simples como retirar de suas casas qualquer objeto que seja favorável à proliferação do mosquito e eliminar a água parada dos ambientes.”

Dois estados da Região Sudeste já começaram suas campanhas contra a dengue. Em São Paulo, a Secretaria de Saúde lançou, no dia 3, o Plano Estadual de Intensificação das Ações de Vigilância e Controle da Dengue para o período 2011-2012. Mapeamento do Centro de Vigilância Epidemiológica do São Paulo apontou que 43% dos municípios paulistas (283) têm risco alto ou muito alto para a ocorrência de dengue no próximo verão.

A classificação levou em conta fatores como histórico de transmissão da doença e índices de infestação de larvas do *Aedes aegypti*. Um dos mais importantes pontos do plano de prevenção prevê o trabalho de equipes estaduais de “treinamento express”, em 67 municípios considerados prioritários. A ideia é capacitar e atualizar os profissionais de saúde em seus locais de trabalho, tendo como foco temas como manejo clínico, avaliação de risco e organização de serviço.

No estado do Rio de Janeiro, foram notificados, de 2 de janeiro a 24 de setembro, 159.052 casos de dengue e 131 registros de mortes pela doença. Como forma de prevenção e combate à dengue, a Secretaria de Saúde do Rio lançou a campanha Dez Minutos contra a Dengue, que procura estimular os moradores a dedicar dez minutos por semana para verificar possíveis focos de água parada em suas casas, uma vez que 80% dos focos de dengue estão em imóveis residenciais.

*\*Fonte: AGÊNCIA BRASIL*

**Com informações do clipping do Sindprevs/PR**

**FENASPS**